

A cidade define-se, por princípio, como alteridade, como diferença. É a obra humana por excelência que se destaca da natureza, que dela se isola. A suposição da defesa é inerente à própria ideia do urbano. A ritualização do nascimento da cidade implica antes de tudo marcar o recinto da sua defesa simbólica, a que se deve seguir a construção efectiva dos seus muros. Na Idade Média, a própria definição da cidade exige a muralha. Mas é na modernidade que a especulação sobre a defesa das cidades atinge o seu ápice. A defesa é teorizada nos tratados e testada nas fortificações. Ao longo da Idade Moderna a guerra vai-se convertendo num exercício de defesa extrema, de resistência aos cercos. Até chegar o momento da absoluta inoperância das cercas de qualquer espécie. A cidade contemporânea afirma-se literalmente *fuori mura*. Contudo, a urbanidade cosmopolita, supostamente aberta, é também em potência fechada.

Este número da *Revista de História da Arte* tem por tema a *Cidade (in)defesa*. Queríamos, com esta fórmula condensada, chamar deliberadamente a atenção para a ambiguidade, desde sempre presente no urbano, entre o genuíno desejo de defesa e a impossibilidade de a alcançar plenamente. Neste sentido, convocámos os autores deste número 13 a pensar a cidade sempre *en garde*.

A maioria dos artigos analisa quer a complementaridade intrínseca, quer a tensão latente, que existe entre a cidade (e o território) e a sua fortificação, em especial durante a Idade Moderna. O artigo de Carlo Nicotra coloca-nos no começo deste processo. Apresenta-nos a instabilidade das fronteiras da república veneziana no século XV diante da ameaça turca que é, neste contexto, literalmente interiorizada,

nas campinas da região friulana e balcânica. O inimigo essencial, que define a Europa da primeira modernidade, põe em evidência a debilidade dos núcleos urbanos da região, obrigando a população a fugir para o campo e deitar mão a formas arcaicas de defesa de raiz alti-medieval. A disseminação pelo território como defesa primária nega a própria concentração do urbano, que se expõe no auge da sua fragilidade. No final do século XV e início do XVI, faz-se então Gradisca, a cidade nova “anti-turca”, que surge aqui como a pedra de toque, como ensaio e antecedente da própria Palmanova, o ícone da cidade fortificada, que se construirá no final do século XVI no Vêneto.

Mas, mesmo com o envolvimento de Leonardo da Vinci, Gradisca não alcançou os resultados esperados e caiu, sintomaticamente, já não na mão dos turcos, mas dos Habsburgos. O que repõe a questão da instabilidade de todas as fronteiras na Península Itálica durante os séculos XVI e XVII, a que o artigo de Maria Teresa Pepe alude, abordando Arezzo, enquanto “fronteira” de Florença e da sua ambição em dominar toda a Toscana.

Pepe dá-nos a ver Arezzo como palco de conflitos e ajustamentos entre os diversos intervenientes da sua transformação. Anuncia a convergência para o binómio príncipe e arquitecto que caracteriza a Idade Moderna, chamando contudo a atenção para os muitos vínculos que se estabelecem com as práticas anteriores. Apresenta o ambiente de discussão e a noção de *edilizia publica*, que move quer as magistraturas locais e o patriciado, quer a administração florentina. Aponta sobretudo o papel do engenheiro-arquitecto que se destaca pela sua perícia técnica, mas também pela participação no ambiente de mudanças socioculturais, tornando-se o interlocutor privilegiado do príncipe. Destaca, entre outros, os Sangallo, nomes famosos e com ligações a Roma, que “disegnando e misurando tanto” empreendem uma verdadeira *renovatio urbis*. A fortificação sintetiza a *forma urbis*, tornando-a visível, apreensível. A imagem da cidade funde-se com a da sua fortificação e a cidade fortificada emerge como forma simbólica do novo tempo.

Forma esta que do outro lado do mundo é quase concomitantemente posta à prova. Da Península Itálica, passa-se para o ambiente literalmente experimental das fortificações portuguesas do Índico. Ana Lopes e Jorge Correia apresentam o caso de Mascate, no Golfo Pérsico. Ali, como em outros possíveis exemplos contemporâneos no contexto da expansão, o que estava sobretudo em causa, e era o principal objecto a defender, era menos a cidade e mais a estrutura portuária. Ou melhor, o que se defendia era não tanto a cidade, mas as cidades integradas numa rede mais vasta que as abrangia. Esta percepção alargada, que envolve o urbano e ao mesmo tempo transcende sua escala, impôs uma leitura afinada das condições paisagísticas que são integradas nos projectos de fortificação, como se evidencia nos exemplos de Mascate. Implicando também uma maior diversidade de resoluções formais adaptadas à artilharia moderna.

Aspecto que pode ser também observável no caso de Goa, estudado no artigo de Nuno Lopes e Vítor Rodrigues. Aqui se trata, sem dúvida, de fortificação do território, que não defende apenas a cidade em si, mas claramente a sua área de

inserção, de complexa geografia física. Com efeito, é esta fortificação progressiva, estabelecida concêntrica e hierarquicamente a partir da cidade, que vai construir o próprio território de Goa, associado ao sentido de capitalidade do Estado da Índia. Os procedimentos utilizados transcendem também os modelos europeus da cidade-fortificação, abrindo-se a influências mais vastas, e eventualmente mais arcaicas. São estruturas fortificadas muito diferentes entre si, na sua maioria pouco devidoras da tratadística europeia, que continuamente (re)desenham limites, convergentes com as próprias conjunturas político-militares, atingindo o carácter de “sistema defensivo”, com características únicas no contexto das ocupações portuguesas na Ásia. Estruturas estas para as quais se atenta na sua fragilidade, propondo a sua defesa pelo conhecimento.

Chamando igualmente a atenção para a importância do (re)conhecimento das estruturas materiais de defesa, Rebeca Blanco-Rotea utiliza um método de análise próprio da arqueologia da paisagem, sugerindo a aplicação de alguns dos seus modelos teóricos ou ferramentas de análise à compreensão da paisagem urbana fortificada, seus subsistemas e unidades territoriais. Regressando ao ambiente europeu no século XVII, à fronteira galaico-portuguesa, examina paisagens complexas de uma fronteira onde a rede urbana medieval foi determinante e condicionadora das opções tomadas na Guerra da Restauração. O resultado é a percepção de um desenho que ultrapassa o limite urbano e que envolve a paisagem como um todo, implicando a identificação da fronteira materializada e construída fisicamente, da qual faziam parte estruturas fortificadas menos visíveis, mas que ainda persistem como que fossilizadas no território.

O artigo de Daria Shemelina estuda outras linhas defensivas, pensadas cerca de cem anos depois, na segunda metade do século XVIII, para as fronteiras da Sibéria Oriental, nos confins da Grande Rússia com os senhores feudais da Mongólia e da Manchúria. Aqui não se trata da materialização da fronteira, mas da sua literal idealização. Um importante general em São Petersburgo escreve instruções destinadas aos engenheiros para criar linhas de defesa prevendo a construção de fortalezas, que reflectem uma forte influência da tratadística francesa e germânica. Nas instruções, que se fazem acompanhar por desenhos, o general tenta prever todas as hipóteses possíveis para as mais diversas situações geográficas, num exercício que, apesar de evocar o pragmatismo e a flexibilidade, revela sobretudo a tentativa utópica de controlar uma realidade desconhecida e muito remota.

O artigo de Juan Miguel Muñoz Corbalán evidencia o mesmo sentido de extrapolação da ideia da defesa contida na fortificação para uma manipulação da imagem, tanto das cidades, como das fortificações e de outras representações de posse do território, que são veiculadas sobretudo por alguma cartografia que se deixa contaminar pela deriva irrealista ou pela deliberada fantasia. Com efeito, a versatilidade da imagem cartográfica sempre a colocou entre o apelo visual directo da verosimilhança, herdado da perspectiva e a codificação progressiva da representação de base geométrica, vinculada a uma cultura matemática e a uma ideia de eficácia e rigor. A exploração deste potencial da própria imagem cartográfica e dos efeitos

de desenho inserem-se no quadro da cultura barroca. Mas a ênfase, por um lado, e o esvaziamento, por outro (a par da sucessiva ineficácia dos próprios sistemas fortificados) conduzem à dissolução do ícone urbano fortificado, que se lê ou como vazio coroado, ou como inútil coroa.

O caso de Corfu, abordado no artigo de Guido Zucconi é neste aspecto, exemplar. A ilha jônica fortificada à moderna pelos melhores especialistas da Sereníssima, ainda por causa dos otomanos, é transformada no século XIX em efêmera capital do protectorado britânico. Oscilando entre o estatuto militar ainda patente na evocação oficial e a manifesta vivência e imaginário civil da capital, a cidade assiste à progressiva reconversão de seus espaços e edifícios, cujo epítome é a transformação do vazio militar da *spianata* que se converte na *esplanade* do lazer civil e centro da representação urbana. O processo completa-se, já no momento de passagem à Grécia, com a demolição das defesas externas remanescentes. No momento em que desaparece a representação da defesa, a cidade dispensa os seus muros visíveis abrindo-se primeiro à expansão urbana e depois, já no século XX, ao turismo.

Em Nice, como aponta o artigo de Sergio Pace, o turista substituiu o soldado ainda mais cedo. Embora o termo não seja totalmente apropriado para os *hivernants* da primeira década do século XIX, são eles, ou antes é o seu olhar e a sua vivência, que fazem desaparecer o antigo porto fortificado do ducado de Sabóia e do reino da Sardenha, transmudando-o no centro da Riviera Francesa. A cidade transforma-se efectivamente no passeio dos ingleses. Convertem-se as fortificações da frente marítima em *promenades* e o castelo em cascatas e jardins, que servem para ver o mar e para ouvir a “artilharia das ondas”. Nice é o *belvedere* panorâmico que permite desfrutar da espectacular vista do Mediterrâneo. A cidade é uma espécie de extra na singular paisagem, onde é preciso cuidar do conforto e da segurança dos visitantes.

A metamorfose do porto fortificado que se transforma em paraíso de férias, esvaziando de certo modo o conteúdo urbano da vivência quotidiana que se dissolve numa fantasia lúdica, é uma imagem expressiva que conduz ao questionamento sobre os processos de mutação da cidade na contemporaneidade. Questionamento este que pedimos a Leonardo Lippolis para partilhar connosco, na acutilante entrevista que abre este número, que queremos desde logo agradecer.

Tal como agradecemos a todos os autores que colaboraram neste número com os seus artigos, para o *Dossier* e para a *Varia* (que traz um artigo de Hélia Silva, Rita Mégre e Tiago Lourenço sobre Lisboa e outro de Filipe de Salis Amaral sobre o Porto) e para as *Recensões* (Miguel Monteiro de Barros, Daniela Nunes Pereira e Nuno Senos). E igualmente agradecemos a todos os revisores, responsáveis pela arbitragem científica dos artigos. A todos se deve esta revista. Muito obrigada.

**Margarida Tavares da Conceição**  
**Renata Araujo**